

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



**Building a better
working world**

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
Fax: +55 41 3593-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Revisão Interna

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, o Conselho de Administração da Companhia adotou ações investigativas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, em 10 de novembro de 2016, na sede da Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de sua controlada Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte sobre determinados pagamentos realizados à empresas sob investigação de autoridades públicas.

As ações investigativas desses pagamentos ainda se encontram em andamento, e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzidos pela Administração, bem como pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.4 e 6, o direito de exploração da infraestrutura previsto na interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração da Companhia, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.



Building a better
working world

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais para uma amostra de adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo, e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 14.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais incorridas no exercício, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



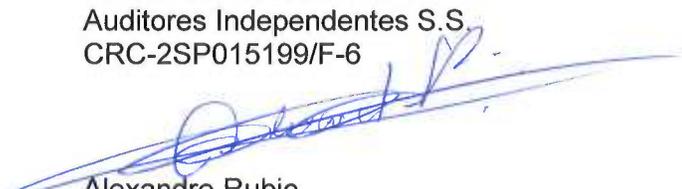
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		5.622	3.202
Aplicações financeiras	4	19.845	41.630
Contas a receber de clientes	5	13.821	12.635
Partes relacionadas	14	-	15.783
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	11.805
Outros créditos		77	38
Impostos a recuperar		1.238	-
Despesas antecipadas		428	609
Total do ativo circulante		41.031	85.702
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	77	68
Depósitos judiciais	10	1.166	1.041
Impostos diferidos	13	21.226	17.501
Intangível	6	324.270	345.523
Total do ativo não circulante		346.739	364.133
Total do ativo		387.770	449.835

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.618	2.734
Empréstimos	7	1.200	10.000
Instrumentos financeiros derivativos	12	10	-
Debêntures	8	65.857	69.236
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	21	22.925	7.368
Obrigações sociais		2.603	2.280
Obrigações tributárias	9	2.133	3.567
Partes relacionadas	14	1.078	2.892
Outras exigibilidades		674	791
Total do passivo circulante		98.098	98.868
Não circulante			
Debêntures	8	146.760	178.143
Instrumentos financeiros derivativos	12	23.652	24.469
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	21	14.068	17.777
Impostos diferidos	13	38.829	51.018
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	10	645	1.809
Total do passivo não circulante		223.954	273.216
Patrimônio líquido			
Capital social	11	49.200	45.200
Ajustes de avaliação patrimonial		24.011	27.931
Reservas de lucros		620	4.076
Reservas de lucros não distribuídos		-	544
Prejuízos acumulados		(8.113)	-
Total do patrimônio líquido		65.718	77.751
Total do passivo e patrimônio líquido		387.770	449.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	16	222.938	215.104
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(56.003)	(45.390)
Custo de construção - ativos da concessão		(27.329)	(34.148)
Operação de rodovias		(20.483)	(18.701)
Pessoal		(4.987)	(4.387)
Seguros e outros		(5.367)	(5.117)
Amortização	6	(48.540)	(44.633)
	18	(162.709)	(152.376)
Lucro bruto		60.229	62.728
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(8.540)	(8.593)
Despesas administrativas		(16.638)	(12.338)
	18	(25.178)	(20.931)
Resultado antes do resultado financeiro		35.051	41.797
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		19.672	15.654
Despesas financeiras		(70.867)	(59.410)
		(51.195)	(43.756)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(16.144)	(1.959)
Imposto de renda e contribuição social	13	(9.765)	(8.921)
Imposto diferido	13	15.914	10.499
		6.149	1.578
Prejuízo líquido do exercício		(9.995)	(381)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - em reais		(0,7349)	(0,0280)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo líquido do exercício	(9.995)	(381)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(9.995)</u>	<u>(381)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		42.000	31.931	6.464	812	15.541	-	96.748
Realização da reserva de reavaliação		-	(6.061)	-	-	-	6.061	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação		-	2.061	-	-	-	(2.061)	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(381)	(381)
Destinação proposta da reserva de lucros								
Aumento de capital		3.200	-	(3.200)	-	-	-	-
Constituição de reserva		-	-	-	-	544	(544)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(3.075)	(3.075)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(15.541)	-	(15.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		45.200	27.931	3.264	812	544	-	77.751
Realização da reserva de reavaliação	11	-	(5.940)	-	-	-	5.940	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	11	-	2.020	-	-	-	(2.020)	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(9.995)	(9.995)
Destinação proposta da reserva de lucros								
Aumento de capital	11	4.000	-	(3.264)	(192)	(544)	-	-
Juros sobre capital próprio	11	-	-	-	-	-	(2.038)	(2.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		49.200	24.011	-	620	-	(8.113)	65.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa gerado nas atividades operacionais	96.657	64.243
Das operações	97.080	84.664
Resultado do exercício antes dos tributos	(16.144)	(1.959)
Amortização	48.540	44.633
Resultado na baixa do intangível	42	(30)
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.164)	-
Despesas com debêntures	1.140	1.786
Provisão para manutenção ativos de concessão	6.324	(5.005)
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	5.524	3.610
Valor justo debêntures	3.406	(2.276)
Perda instrumentos derivativos	14.306	10.585
Marcação a mercado derivativos	(3.308)	2.079
Despesas de juros sobre empréstimos	1.607	-
Despesas monetária das debêntures	36.807	31.241
Aumento (redução) em:	13.501	(11.878)
Contas a receber de clientes	(1.186)	(728)
Partes relacionadas	15.783	(11.117)
Outros ativos de curto prazo	(1.096)	(33)
Redução em:	(13.924)	(8.543)
Fornecedores	(1.116)	1.325
Partes relacionadas	(1.814)	(2.498)
Obrigações tributárias	-	443
Imposto de renda e contribuição pagos	(11.199)	(7.912)
Outros passivos de curto prazo	205	99
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(5.678)	(75.751)
Adições ao ativo intangível	(27.329)	(34.148)
Aplicação financeira	21.776	(41.630)
Outras atividades de investimento	(125)	27
Caixa aplicado (gerado) pelas atividades de financiamentos	(88.559)	9.358
Captação de empréstimos	54.300	39.230
Captação de debêntures	(1.653)	241.053
Pagamento de empréstimos	(63.100)	(150.704)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(1.607)	-
Pagamento de debêntures	(36.900)	(76.800)
Pagamento de juros sobre debêntures	(37.561)	(24.805)
Dividendos / JCP pagos	(2.038)	(18.616)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	2.420	(2.150)
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	3.202	5.352
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	5.622	3.202
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	2.420	(2.150)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.